

Ajustes nos gastos

Dívida Pública

Na busca da redução do déficit público para o ano que vem, os ministros da Fazenda e do Planejamento anunciaram, em Washington, medidas que o Governo FHC pretende adotar antes do final do ano, de cortes nos gastos estatais. A programação inclui um programa de demissões voluntárias para tentar atrair cerca de 40 mil funcionários públicos e cortes de benefícios de servidores, além de fechamento de empresas e órgãos estatais, revisão do cálculo de benefícios previdenciários e negociação de solução abrangente para o endividamento dos governos estaduais.

Pode parecer redundante que, a esta altura dos acontecimentos, depois de tanta desestatização e demissões voluntárias ou não de servidores, o Governo Federal ainda acene com medidas da mesma natureza. Mas a realidade é que entre o que foi anunciado no passado, até com es-

tardalhaço, como no tempo de Collor, e o que efetivamente se fez até agora ainda falta muito para que o Executivo possa mostrar um verdadeiro enxugamento da máquina estatal brasileira. As novas medidas, portanto, justificam-se plenamente.

Nesse elenco divulgado pelos ministros Pedro Malan e Antônio Kandir um dos aspectos mais importantes é a hierarquia das iniciativas pretendidas pelo Governo. Geralmente se começa pelo lado mais fácil - cortes no funcionalismo -, que costumam render o equivalente a economia de palitos, enquanto fica em discreto segundo plano, à espera de sua hora e de sua vez - que custam a chegar - aquelas medidas que realmente pesam na balança. O ideal é que o Governo, coerente com a postura do presidente Fernando Henrique Cardoso, comece pelo lado mais difícil, que é justamente o de fechar empresas e órgãos públicos e negociar solução abran-

gente para o endividamento dos Estados.

Em outras palavras: o Governo precisa começar a olhar para seu próprio umbigo antes de adotar medidas restricionistas dos benefícios da Previdência Social. A opinião pública apoiará com entusiasmo um programa de redução de gastos governamentais que comece, como se disse, pelo corte de órgãos e pela renegociação das dívidas estaduais. É importante que os ministros da Fazenda e do Planejamento entendam a necessidade dessa hierarquização correta das providências que pretendem adotar. A matemática e a sabedoria popular dizem que "a ordem dos fatores não altera o produto". Isto é verdadeiro na álgebra. Mas na economia política e na sociologia, pode haver uma grande diferença nos resultados, se se começar uma operação de redução do déficit público pelos fatores que não sejam os mais relevantes.